

Ministro do TST destaca atuação do TRT do Maranhão

Por Valquíria Santana

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, disse que a atuação dos juízes auxiliares de Precatórios e de Execução do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) tem contribuído para a efetividade da prestação jurisdicional da Justiça Trabalhista no Estado. O destaque consta na ata da correição realizada em abril deste ano no TRT. O ministro enalteceu também como iniciativas relevantes o Planejamento Estratégico, o Projeto TRT Ambiental, as ações da Escola Judicial, a Vara Trabalhista Itinerante, a atuação na Semana da Conciliação, o trabalho da Ouvidoria e a qualidade dos despachos de admissibilidade dos Recursos de Revista.

Na correição, o ministro também recomendou o aumento do número de processos julgados na primeira e segunda instâncias da JT-MA. Conforme consta na ata da correição, no final de 2007, havia 33.247 ações na fase de execução nas Varas, e no final do ano passado esse número subiu para 34.540. Embora a diferença seja de apenas 1.293 processos, o ministro considera que sempre que há aumento de processos em fase de execu-



ção cabe à Corregedoria do TST alertar para evitar o crescimento. Ele disse ainda que o aumento dos processos em fase de execução não é uma realidade isolada do TRT do Maranhão, mas de toda a Justiça do Trabalho no país, em face de fatores diversos.

O ministro reconhece que o TRT-MA é o Regional que tem a maior defasagem no número de servidores e destacou que há, no Senado Federal, um projeto de lei para a criação de cargos para o Tribunal. O corregedor elogiou a atuação de magistrados e servidores. “Faço

questão de prestar uma homenagem aos servidores deste Tribunal, pela forma como trabalham”, disse, complementando que “há um respeito mútuo entre todos que integram a instituição”.

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, disse que vê como desafios as recomendações do TST, uma vez que a cada ano o TRT esforça-se para melhorar os indicadores. Segundo ele, no ano passado, por determinação da Corregedoria Geral, a jurisdição da JT-MA foi ampliada para os 217 municípios do Estado e, com isso, houve um crescimento da quantidade de processos recebidos, sem que houvesse aumento do número de servidores e de magistrados para atender à demanda.

O ministro Carlos Alberto Reis de Paula também destacou a atuação da corregedora e vice-presidente do TRT-MA, desembargadora Márcia Andrea Farias, na busca pela melhoria da prestação jurisdicional nas Varas Trabalhistas. Ao final agradeceu, na pessoa do presidente do TRT, desembargador Gerson de Oliveira, a presteza com que o Tribunal atendeu às solicitações da equipe da Corregedoria Geral.

Nossa Memória



A Vara do Trabalho Itinerante tem garantido maior celeridade à prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho no Maranhão. De maio de 2004, quando começou a funcionar, até 2008 realizou cerca de três mil audiências no interior do Estado. Só no ano de 2008 foram 17 deslocamentos, com 1287 audiências, referentes a 1303 processos, com 355 acordos que resultaram em R\$ 3.914.685,89 para pagamento de reclamantes.

A Vara Itinerante funciona a partir do deslocamento do magistrado e da equipe de servidores da sede da Vara para outros municípios abrangidos pela jurisdição trabalhista. A itinerância leva em conta a distância entre os municípios e a sede da Vara e a dificuldade de acesso e de deslocamento da população até a cidade-sede, principalmente por falta de condições financeiras do cidadão para arcar com despesas de transporte. A Vara Itinerante no Judiciário Trabalhista no Maranhão foi implantada em julho de 2003.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O relatório anual de atividades da Corregedoria e da Vice-Presidência do TRT-MA, referente a 2008, mostra um crescimento do índice de conciliação nos processos em fase de conhecimento de 34,89% (setembro de 2007) para 36,30% (agosto de 2008), com a realização do Projeto Conciliar, criado em 2007 e gerido pela Comissão Permanente de Conciliação. Na Semana Conciliar, em dezembro do ano passado, as 21 Varas Trabalhistas realizaram 1.922 audiências, com 1.029 acordos, cujos valores somaram R\$ 6,2 milhões. Na segunda instância (TRT) houve cinco audiências, com

dois acordos que resultaram em R\$ 49.839,04. Foram atendidas 5.583 pessoas.

Conforme o relatório, no período de janeiro a dezembro de 2008, na fase de conhecimento foram resolvidos 21.587 processos, com 8.194 acordos. Já na fase de execução, foram encerrados 7.671 processos e firmadas 1.592 conciliações. O relatório destaca também a atuação do Juízo Auxiliar da Execução que recebeu 856 processos e conciliou 377, números superiores aos do ano anterior (470 recebidos e 131 conciliados).

O relatório traz o quadro das correições ordinárias

de 2008 em todas as Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado, pela desembargadora Márcia Andrea Farias, sendo que duas correições (VT's de Imperatriz e Açailândia), foram feitas pela ouvidora do TRT, desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo.

Em 2008 foi registrado o aumento das atividades de itinerância das Varas Trabalhistas, conforme mostra o relatório. No ano anterior houve apenas seis deslocamentos por quatro VT's e no ano passado, 19, com a realização de 1.286 audiências, 338 acordos que resultaram na movimentação de mais de R\$ 2,8 milhões.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do TRT da 16ª Região – Maranhão
Ano XVI – nº 78 – Abril/Maio /2009

Av. Senador Vitorino Freire, 2001
CEP: 65030-015 – São Luís-MA
Telefones: (98) 2109-9307/9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

Presidente
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Vice-Presidente
Márcia Andrea Farias da Silva

Diretor-Geral
Domingos Carlos dos Santos Neto

Secretário Geral
Júlio César Guimarães

Coordenação
Edvânia Kátia

Edição: Valquíria Santana

Jornalistas
Edvânia Kátia
Wanda Cunha
Suely Cavalcante
Valquíria Santana

Estagiário de Jornalismo
Paulo de Tarso Júnior

Fotos: Ascom, Romeu Ribeiro e Ailton Baren

Diagramação: DJ Mizaél Melo

Revisão: Wanda Cunha

Fotolito e Impressão:
Gráfica Gênese (98) 3231 8199

PARÁGRAFO

ÚNICO

ANO XVI - Nº 78 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO



NOVOS HORIZONTES

Novo Fórum das Varas Trabalhistas de São Luís tem a marca da modernidade

As modernas instalações do Fórum Astolfo Serra oferecem mais conforto e comodidade aos usuários, magistrados e servidores. A inauguração do FAS integrou o calendário das comemorações dos 20 anos do TRT-MA, que vão ocorrer ao longo deste ano.

Páginas 04 e 05

No dia 26 de maio de 1999, era instalado o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. Passados 20 anos, são inauguradas as novas instalações do Fórum Astolfo Serra, sede das varas trabalhistas de São Luís. Dois momentos marcantes na história da Justiça do Trabalho do Maranhão que guardam em si a essência da busca pela efetividade da prestação

Quando foi instalado o TRT, os litigantes que desejavam recorrer ao Juízo de Segundo Grau precisavam se deslocar até Fortaleza, no Ceará, onde se encontrava o TRT do Ceará, à época, com jurisdição sobre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A criação do TRT, portanto, representou uma maior aproximação da Justiça do Trabalho com empregadores, empregados e advogados que passaram a ver suas causas resolvidas aqui mesmo. A instalação do Tribunal foi uma conquista para a sociedade, especialmente, para o Estado do Maranhão; a inauguração das novas instalações do Fórum Astolfo Serr, também. Mais uma vez a sociedade ganhou.

Moderno e funcional, adaptado aos portadores de necessidades especiais, o Fórum abriga ainda agências bancárias, restaurante e um Espaço de Artes. É um dos prédios mais modernos da cidade e foi planejado para abrigar 10 varas trabalhistas. A obra trouxe mais conforto aos litigantes, advogados, magistrados e servidores.

Assim, a história da Justiça do Trabalho no Maranhão vai desenhando novas páginas, páginas essas que foram escritas por todos os que nesta instituição trabalham, contribuindo com o seu potencial intelectual e criativo para a efetividade dos direitos sociais.

PERFIL

Arte e criatividade em defesa do meio ambiente

Por Edvânia Kátia

Encontro do servidor público com o artista conceitual autodidata Luiz Pires foi a combinação perfeita para dar ao projeto TRT Ambiental um diferencial. Desse encontro, veio a ideia de criar a subcomissão artístico-tecnológica que já fez biodiesel, criou o katapilha, o katamóvel, a bicicleta gradeira e a chave canhão d'água, tudo com material reciclado.

As iniciativas receberam o reconhecimento do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Na correição realizada no final do mês de abril, o ministro destacou que "o trabalho realizado pelo TRT, sob a coordenação do servidor Luiz Antonio Moraes Pires, presidente da Comissão Ambiental, revela, mediante a adoção de práticas simples e criativas, o elevado grau de comprometimento dos seus servidores e magistrados com o meio ambiente e a economia de gastos públicos". O ministro também enalteceu a política ambiental do TRT como uma das principais iniciativas relevantes desenvolvidas pela instituição.

"Fizemos a substituição das torneiras obsoletas por torneiras ecoeficientes e instalaremos sensores de presença, para a redução do consumo de energia. Adotamos envelopes reutilizáveis, canecas duráveis, papel reciclado, firmamos parceria com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis", afirma Luiz

Pires, ao citar algumas das ações desenvolvidas pela Comissão. "Uma importante contribuição vem dos servidores que fazem coleta seletiva em casa e trazem os recicláveis para o TRT e dos terceirizados da LIMAN", acrescenta. Compõem a Comissão Ambiental também os servidores Nicolau Fahd, José de Ribamar Batista, Karl Marques, Valquíria Santana e Henrique Couto.

Além da Comissão Ambiental, Luiz Pires é chefe do Setor de Publicação e Gestor Regional do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, que está em fase de implantação. "Concilio tudo isso trabalhando geralmente das 8h30 às 18h30 e também aos sábados, domingos e feriados" afirma.

Eletricista pelo SENAI, licenciado em Letras, fotógrafo e artista conceitual autodidata, Luiz Pires ingressou no TRT em 1993, no cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, sendo lotado na Distribuição da 1ª Instância. Já trabalhou na 2ª e 4ª Varas do Trabalho, Cadastramento Processual, Secretaria Administrativa, Serviço de Comunicação, antes de ir para o Setor de Publicação, onde trabalha atualmente.



Concurso para servidores

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) realiza, no dia 14 de junho, as provas do concurso público para provimento de cargos vagos e formação de cadastro reserva do quadro permanente de pessoal do Tribunal. As provas serão aplicadas pela Fundação Carlos Chagas, na cidade de São Luís.

São vagas para cargos de escolaridade de níveis médio e superior. Para analista judiciário (ensino superior), o concurso será para as áreas judiciária e administrativa e para as especialidades execução de mandados, contabilidade, medicina, odontologia engenharia, biblioteconomia e tecnologia da informação. Para técnico judiciário (ensino médio) o con-

curso será para a área administrativa e para as especialidades tecnologia da informação e enfermagem. A remuneração para os cargos de analista é de R\$ R\$ 6.611,39 e para técnico, de R\$ R\$ 4.052,96.

Está sendo oferecida uma vaga para o cargo de analista área administrativa e uma para especialidade de execução de mandados, além de cadastro de reserva. Para os demais cargos de analista, o concurso é destinado a cadastro. Para técnico - área administrativa - são três vagas, sendo uma para portadores de deficiência, além de cadastro de reserva. Já para as especialidades tecnologia da informação e enfermagem (ensino médio) o concurso é destinado a cadastro. As inscrições foram encerradas no dia 11 de maio.

DESTAQUE

Trabalho da Ouvidoria é elogiado pelo corregedor-geral

Por Valquíria Santana

O Serviço de Ouvidoria da Justiça do Trabalho do Maranhão foi destacado como iniciativa relevante pelo corregedor-geral da JT, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, na correição realizada no final de abril, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MA). "O excelente trabalho realizado pela Ouvidoria, que tem aproximado a sociedade do Tribunal, abrindo as portas ao usuário cidadão", consta na ata correicional.

O ministro também recomendou a modificação do artigo 3º do Ato Regulamentar nº 03/2006, excluindo a subordinação da Ouvidoria à Presidência do TRT, permanecendo apenas a vinculação. Recomendou, ainda, que haja integração funcional entre a Ouvidoria, a Escola Judicial e a Corregedoria, de modo que trabalhem em regime de absoluta cooperação e sejam sempre respeitados os limites das respectivas competências.

Para a ouvidora Ilka Esdra Silva Araújo, o destaque feito pelo ministro representa não somente o reconhecimento do trabalho desenvolvido, mas, especialmente, um incentivo "a prosseguirmos trabalhando comprometidos com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, bem como para a democratização da Justiça do Trabalho no Maranhão, aprimorando os mecanismos de exercício da cidadania", enfatizou a desembargadora.

Em março deste ano, o Serviço de Ouvidoria completou três anos de funcionamento. No ano passado a Ouvidoria recebeu em média oito manifestações diárias, um acréscimo de 50% em relação ao ano de 2007. Do total de 1119, 94% foram solucionadas



Des. Ilka Esdra (d), juiz Fábio Ribeiro e a servidora Valdênia Oliveira, durante audiência pública em Caxias

e as demais estão em andamento. São reclamações, elogios, denúncias, informações, críticas, sugestões, entre outras. Os dados são do relatório Anual do setor que tem como ouvidora a desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo e como substituto, o desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior.

Foram 325 reclamações, 265 informações, 29 denúncias, 17 sugestões, 431 solicitações de agendamento de audiências para Conciliação, 14 elogios e sete críticas. Foram também recebidas manifestações que estão fora do alcance das atribuições da Ouvidoria, tais como consultas sobre direitos trabalhistas ou previdenciários; solicitação de fiscalização em empresa, consultas sobre andamento processual; consultas jurídico-processuais. Nessas situações, quando cabíveis, as manifestações são encaminhadas ao órgão responsável pelo atendimento. O assunto mais abordado foi sobre reclamação trabalhista, correspondendo a 30% do total das manifestações.

Para receber manifestações dos cidadãos, a Ouvidoria disponibiliza formulário impresso, nas secre-

tarias das Varas Trabalhistas ou na portaria do prédio-sede do TRT. Depois de preenchido, o formulário deve ser encaminhado, via postal, para a Ouvidoria (Avenida Senador Vitorino Freire, nº 2001, Areinha - São Luís-MA, CEP: 65030-015). As manifestações também podem ser enviadas por meio de formulário eletrônico (www.trt16.gov.br), de e-mail (ouvidoria@trt16.com.br) e pelo telefone 0800 2822323 (ligação gratuita) ou telefax (98) 2109-9494. Há também atendimento presencial, na sala da Ouvidoria (5º andar).

O meio eletrônico foi o mais utilizado pelos cidadãos em 2008 para contato com a Ouvidoria, respondendo por 74% do total das manifestações que chegaram ao setor. A acessibilidade também ficou evidenciada com o aumento da procura dos manifestantes de forma pessoal: 112 atendimentos presenciais.

Audiências Públicas – em 2008 foi iniciado o Projeto de Ouvidoria Itinerante que realiza audiências públicas nas sedes das Varas Trabalhistas, ocasião em que a ouvidora atende, individualmente, a todos quantos queiram se manifestar. A primeira audiência pública ocorreu no município de Balsas, no mês de julho. Na ocasião foram formuladas 29 manifestações.

Em novembro do ano passado, a Ouvidoria realizou audiências públicas também nas cidades de Imperatriz e Açailândia. Na ocasião a desembargadora ouvidora acumulava a função de corregedora. Foram recebidas quatro manifestações em Imperatriz e duas em Açailândia. Este ano houve audiências em Caxias e Timon.



Empregado Doméstico

Empregado doméstico é todo aquele que presta serviços de natureza contínua à pessoa ou à família, como faxineiras, motoristas particulares, cozinheiras, jardineiros, babás, copeiros, caseiros e muitos outros. Esses funcionários do lar, que há muito tempo prestam serviços, só vieram a ter sua profissão regulamentada em 1972, por meio da lei nº 5859/72, que na época previa pouquíssimos benefícios trabalhistas. Esses direitos só foram ampliados a partir da Constituição de 1988. Os novos direitos foram regulamentados pela Lei nº 11.324, de 19.07.2006. Os empregados domésticos têm todos os direitos trabalhistas previstos aos celetistas, com exceção do recolhimento de FGTS, que é facultativo. O Dia do Empregado Doméstico é comemorado em 27 de abril.



Profissionais e estudantes de comunicação participaram em abril, no TRT-MA, do workshop "Formando especialistas para a cobertura do Judiciário". O workshop, ministrado por Madeleine Lacsco e Juliana Batista, da Rádio Justiça, foi realizado em parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Rádio Justiça. Participaram do evento os assessores de comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público e áreas afins à Justiça. O objetivo do evento foi melhorar a qualidade do material enviado pelos colaboradores à Rádio Justiça e, ao mesmo tempo, ajudar a otimizar os recursos da assessoria na área de rádio. Parte da programação do evento foi voltada para universitários de comunicação.

Decisão da Justiça do Trabalho garantiu a 790 empregados da empresa de vigilância Exata, que prestaram serviço ao Governo do Estado do Maranhão, o recebimento integral dos três meses de salários atrasados e oito meses de vale-alimentação, que somam, respectivamente, R\$ 1.551.721,78 e R\$ 351.700,00. A decisão foi do juiz da 3ª Vara Trabalhista de São Luís, Paulo Mont'Alverne Frota, durante audiência, no mês de abril, em ação proposta pelo Sindicato dos Vigilantes (Sindivig-MA).

O juiz destacou a importância e eficácia do instituto da substituição processual. Segundo ele, o Sindivig-MA, ajuizando uma ação cautelar e uma reclamação, conseguiu resolver, em curtíssimo tempo, o problema de 790 empregados. "Se cada um dos 790 empregados da Exata tivesse protocolizado reclamação individual, jamais se alcançaria o mesmo resultado em tão pouco tempo. A solução desse litígio não significa apenas duas reclamações resolvidas, mas principalmente a solução do drama de 790 trabalhadores e de suas famílias, que agora terão como pagar suas contas", concluiu o magistrado.

O TRT-MA criou uma Central de Mandados para organização, acompanhamento e cumprimento das determinações judiciais oriundas das Varas do Trabalho de São Luís. Funciona no prédio do Fórum Astolfo Serra, subordinada e supervisionada pelo juiz diretor do Fórum. O projeto de criação da Central foi aprovado em março pela Resolução Administrativa nº 062/2009 do TRT.

Caberá ao supervisor da Ceman fiscalizar todas as atividades executadas, adotando as medidas adequadas ao aperfeiçoamento dos trabalhos; controle e fiscalização do material e serviços; dos prazos de devolução dos mandados distribuídos aos oficiais de justiça; e providências administrativas para a rápida execução das atividades. Os oficiais de Justiça são responsáveis pelas intimações, citações, penhoras, arrestos, remoções, conduções coercivas e demais diligências. Durante o desempenho de suas funções devem

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, deu posse, no dia 30 de abril, ao juiz do Trabalho Bruno de Carvalho Motejunas, promovido para o cargo de juiz titular da Vara do Trabalho de Estreito. Em decorrência da promoção de Bruno Motejunas, foi nomeado Jean Fábio Almeida de Oliveira, para exercer o cargo vacante de juiz do Trabalho substituto. O magistrado tomou posse no dia 05 de maio. Jean Fábio Almeida foi aprovado em 7º lugar no IV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em que foram aprovados nove candidatos, dentre os quais seis já tomaram posse em 18 de março deste ano.



Posse do juiz Bruno Motejunas



Posse do juiz Jean Almeida

sempre se identificar com a carteira funcional.

O Juiz Auxiliar de Precatórios do TRT firmou acordos com 31 municípios maranhenses, no valor de R\$ 14,7 milhões, para quitação de precatórios. Do total de acordos, 19 foram firmados em 2008 e 12, neste ano. Os do ano passado referem-se a 427 precatórios no valor de R\$ 6,9 milhões e os deste ano envolvem 85 precatórios no total de R\$ 7,8 milhões.

Conforme o acordo firmado com o TRT, os municípios destinam, mensalmente, um percentual para quitação das dívidas. Os valores são bloqueados na conta do Fundo de Participação do Município (FPM), nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Os precatórios são as dívidas trabalhistas executadas contra a fazenda pública (união, estados e municípios).

Firmaram acordos no ano passado os municípios de Alto Alegre, Bom Jesus das Selvas, Governador Newton Belo, Bacuri, Cajapió, Conceição de Lago Açu, São João dos Patos, Urbano Santos, Godofredo Viana, Lago Verde, Carolina, Matões, Penalva, Pastos Bons, Timon, Guimarães, Vargem Grande, Turiçu e São Vicente Férrer. Entre eles, São Vicente Férrer é o que possui maior número de precatórios e o maior valor para pagamento, respectivamente, 156 e R\$ 1,8 milhão. Neste ano, a lista dos municípios inclui Mirinzal, Passagem Franca, Anajatuba, Pirapemas, Buriti Bravo, Coelho Neto, Santa Inês, São João do Caru, Igarapé do Meio, Caxias (administração indireta), Luís Domingues e Barão de Grajaú.

O TRT-MA doou em maio 990 kg de papelão para reciclagem, com a renda destinada à Casa de Passagem do Hospital Aldenora Belo, unidade de referência no tratamento do câncer no Estado. Foram caixas de papelão usadas na embalagem de

móveis e equipamentos adquiridos pelo Tribunal para a nova sede do Fórum Astolfo Serra. A atividade está contemplada nas ações do projeto TRT Ambiental.

A Comissão Ambiental repassou outros 570kg de papelão e mais 150kg de plástico à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Ascamar) que vende os produtos para empresas de reciclagem. A doação é resultado do termo de compromisso assinado em março deste ano com o TRT. De acordo com a parceria, a Justiça do Trabalho repassa à entidade materiais como ferro, alumínio, cobre, plástico, bateria de automóvel, óleo queimado, óleo de fritura usado, forros de PVC e carpetes, entre outros materiais.

A Escola Superior da Magistratura do TRT (Esmatra XVI) e a Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra XVI) promoveram em maio duas palestras, no auditório do TRT. A primeira foi com o procurador do Trabalho da 10ª Região, Cristiano Paixão, na quinta-feira (14). A segunda, foi com o juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté (SP), Guilherme Guimarães Feliciano, na sexta-feira (15).

A escola é responsável pelo planejamento e promoção de ações voltadas à formação continuada e ao aprimoramento profissional e científico dos servidores e magistrados TRT-MA. A realização do evento foi resultado da parceria entre a Escola Judicial e Associação dos Magistrados, no Projeto Direito em Debate, iniciado em março deste ano, e que conta com a parceria do TRT-MA. O projeto, voltado para capacitação e aperfeiçoamento dos magistrados trabalhistas no Estado, é aberto aos servidores e prevê palestras mensais, com juristas de diferentes áreas do Direito.

As sessões das Turmas são públicas, ressaltados os casos previstos na Constituição Federal e no Regimento do Tribunal. As sessões ordinárias ocorrem às terças-feiras (Segunda Turma) e às quartas-feiras (Primeira Turma), das 9h às 12h. Participa das sessões o Procurador Regional do Trabalho. A distribuição dos processos julgados pelas Turmas começou a ser feita em fevereiro deste ano, após criação das duas Turmas, em dezembro do ano passado, pelo TRT, por meio da Resolução Administrativa nº 236/2008.

ANIVERSÁRIO TRT-MA comemora 20 anos de instalação

Por Suely Cavalcante

Durante todo o ano de 2009, o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão realiza diversas atividades em comemoração aos seus 20 anos de instalação, festejados no dia 26 de maio. A programação inclui debates, palestras, inaugurações, abertura do Salão de Artes, lançamento do selo dos 20 anos do TRT, exposição itinerante, concurso de reportagem, entre outras atividades.

Para o presidente do TRT, desembargador Gerson de Oliveira, a Justiça do Trabalho está de parabéns não só pelos 20 anos, mas por melhorar continuamente a prestação jurisdicional aos usuários que a demandam diariamente. Disse que o Tribunal é uma instituição que tem o respeito da sociedade pelo trabalho sério que desenvolve no Estado, por meio de seus magistrados e servidores e acrescentou: "somos uma instituição jovem que tem a credibilidade e o respeito da sociedade".

A programação incluiu a palestra do ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Luciano Castilho Pereira, com o tema "A Crise Econômica Mundial e o Direito do Trabalho no Brasil". A palestra foi realizada no dia 26 de maio, data de instalação do TRT. O ministro parabenizou o TRT-MA pelos 20 anos e teceu elogios ao Tribunal destacando que o órgão goza de excelente conceito fora do Maranhão. Luciano Castilho destacou ainda algumas ações da atual gestão do TRT como a realização de concursos públicos para magistrados e servidores, II Concurso de



Desembargadores Márcia Andrea e Gerson de Oliveira



Ministro Luciano Castilho

Reportagem da Justiça do Trabalho, ampliação da cobertura da JT englobando os 217 municípios maranhenses, e outras atividades do plano de gestão do biênio 2007/2009.

Antes da palestra, foi feito o lançamento do selo de 20 anos do TRT-MA. O selo estampado com figuras dos prédios da Justiça do Trabalho, bandeiras do Brasil e do Congresso Nacional e outros símbolos nacionais, passa a compor o acervo filatélico dos Correios em Brasília. A solenidade contou com a participação de desembargadores e magistrados de 1º grau do Tribunal, autoridades civis e militares, além de servidores do TRT e estudantes.

No dia 09 de junho será a inauguração do Espaço de Arte, no Fórum Astolfo

Serra, com a exposição "Talentos do TRT", composto de obras de artes plásticas e artesanato, criadas por magistrados e servidores.

Também como parte das comemorações, no dia 19 de junho, ocorrerá a posse dos novos dirigentes do Tribunal, eleitos para o biênio 2009/2011, e a entrega da comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, entregue às personalidades que se destacaram no Direito Trabalhista ou prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho no país.

No mês de agosto, o TRT presta homenagens aos pais e, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Maranhão, participará da programação em comemoração ao Dia do Advogado, no dia 11.

O Fórum Astolfo Serra, em setembro, abre suas portas para mais uma inauguração.

Desta vez será para receber o painel artístico e decorativo na recepção do Fórum. O painel será criado por profissionais das artes plásticas.

Em outubro, a comemoração do Dia das Crianças proporcionará uma oportunidade única para os filhos de magistrados e servidores com a realização da atividade "Artista por um dia". As crianças criarão suas obras tendo como foco a Justiça do Trabalho. Também será aberta a exposição temporária "Trabalho Infantil". No mesmo mês, será comemorado o Dia do Servidor Público.

Eleitos novos dirigentes do TRT

Foram eleitos no dia 18 de maio os novos dirigentes do TRT-MA para o biênio 2009/2011. As desembargadoras Márcia Andrea Farias da Silva e Ilka Esdra Silva Araújo foram eleitas, por unanimidade, em sessão do Tribunal Pleno, para os cargos de presidente e vice-presidente e corregedora, respectivamente. A posse está marcada para o próximo dia 19 de junho.

Atual vice-presidente e corregedora do TRT, a desembargadora Márcia Andrea Farias substituirá na presidência do Tribunal o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho que dirige a instituição no biênio 2007/2009 e encerra



Des. Ilka Esdra Araújo

sua gestão no próximo mês.

Gerson de Oliveira Costa Filho parabenizou as desembargadoras eleitas, desejou-lhes sucesso e disse que estará sempre à disposição para colaborar com a futura gestão.

A desembargadora Márcia Andrea confessou o grande orgulho que sentiu ao lhe ter sido confiado pelos desembargadores, por vontade livre, harmoniosa e unânime, a missão de assumir, em junho, a direção do TRT pelos próximos dois anos. Ela disse que quer fazer o TRT da 16ª Região ainda maior, mais próspero, mais eficiente e produtivo do que já o é. Márcia Andrea afirmou que a presença da desembargadora Ilka Esdra, na vice-presidência e corregedoria, é uma garantia de que a missão será menos difícil e mais segura.

A desembargadora acredita na colaboração de desembargadores, juizes de 1º grau e servido-

res para o sucesso da gestão e garantiu que uma das prioridades de sua administração será a política de valorização de magistrados e servidores, em especial, no que se refere à capacitação.

A desembargadora Ilka Esdra também agradeceu o apoio e crédito de confiança dos desembargadores e ressaltou que pretende continuar o trabalho dos que a antecederam. "Tenho certeza de que, com a equipe que temos, daremos continuidade aos serviços, preparando o Tribunal para oferecer o melhor tipo de prestação de serviços à comunidade", concluiu.



Des. Márcia Andrea Farias



Para agilizar a prestação jurisdicional e garantir maior efetividade às decisões da segunda instância da Justiça do Trabalho do Maranhão, o TRT-MA foi dividido em duas Turmas, composta cada uma por quatro desembargadores. A Primeira Turma é integrada pelos desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho, José Evandro de Sousa, Alcebíades Tavares Dantas e Luiz Cosmo da Silva Júnior. A Segunda Turma é formada pelos desembargadores Márcia Andrea Farias da Silva, Ilka Esdra Silva Araújo, James Magno Araújo Farias e Américo Bedê Freire.

Novo Fórum das Varas Trabalhistas de São Luís tem a marca da modernidade

As modernas instalações do Fórum Astolfo Serra oferecem mais conforto e comodidade aos usuários, magistrados e servidores. A inauguração do FAS integrou o calendário das comemorações dos 20 anos do TRT-MA, que vão ocorrer ao longo deste ano.

Por Suely Cavalcante

No dia 30 deste mês de abril, São Luís ganhou um novo fórum trabalhista. Com instalações modernas e funcionais, a nova sede do Fórum Astolfo Serra foi inaugurada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho. Presentes à solenidade os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, e Kátia Magalhães Arruda; desembargadores e juízes do TRT, demais autoridades, convidados e servidores da JT.

A inauguração do fórum trabalhista de São Luís integrou o calendário das comemorações do aniversário de 20 anos de instalação do TRT, que ocorrem ao longo do ano. Também faz parte das ações do projeto Novos Horizontes – Expansão da Justiça do Trabalho no Maranhão, que prevê a melhoria das instalações físicas dos órgãos trabalhistas, realização de concursos públicos de magistrados e de servidores e ampliação do número de varas trabalhistas. “Atender bem à comunidade tem sido uma preocupação constante dos que fazem a prestação jurisdicional no Brasil, e a história da Justiça do Trabalho no Maranhão é prova disso”, afirmou o desembargador

Gerson de Oliveira, na solenidade de inauguração.

Ao proferir o seu discurso, o desembargador lembrou que o Fórum recebe o nome do ilustre maranhense de Viana, Astolfo de Barros Serra, que foi padre, jornalista, escritor e ocupou cargos públicos importantes como os de corregedor-geral do Trabalho e ministro do TST.

O presidente do TRT disse que a data de inauguração das novas instalações das Varas do Trabalho de São Luís se transformou em data histórica para o Maranhão e para a Justiça, especialmente para a Justiça Trabalhista. “Edificar uma nova sede para atender melhor à comunidade é atentar para o ser humano, é demonstrar e comprovar a responsabilidade com que o Estado se preocupa em aprimorar-se no cumprimento de suas finalidades”, ressaltou.

O desembargador falou sobre a atuação da Justiça Trabalhista no Maranhão que começou em 1941, com a instalação da então 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (atual Vara do Trabalho) de São Luís; com a inauguração do TRT-MA, em maio de 1989, até chegar à estrutura atual, que engloba 21 Varas do Trabalho (seis na capital e 15 no interior), além do TRT.

Nesse período, segundo o presidente, a melhoria da prestação jurisdicional e das instalações dos órgãos da JT-MA tem

sido prioridade de várias administrações. “Esta inauguração, portanto, faz parte daquela história que se iniciou em 1941. Seus personagens são todos aqueles que, tanto no Tribunal do Trabalho desta Região, quanto no Tribunal Superior do Trabalho, tiveram sensibilidade para perceber essa necessidade, planejar sua execução, viabilizá-la e executá-la”, complementou Gerson de Oliveira. Ele ressaltou a participação importante da ministra Kátia Magalhães Arruda na elaboração do projeto da sede, assim como a contribuição de todos que integram a JT-MA, isto é, magistrados e servidores, para o andamento e conclusão das obras.

O presidente agradeceu às empresas e aos trabalhadores que projetaram e executaram a obra que, para o desembargador, vai abrigar aqueles que acolhem empregadores e empregados para pacificar seus conflitos e garantir que possam, em harmonia, construir física e socialmente, econômica e moralmente, nossa sociedade.

Esforço coletivo

A diretora do Fórum Astolfo Serra e titular da 4ª VT de São Luís, juíza Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, disse que a inauguração da sede do Fórum é fruto do esforço coletivo e concentrado de muitas pessoas. Ela também

lembrou que tudo começou na gestão da então presidente do TRT, desembargadora Kátia Arruda, e prosseguiu a construção na gestão do desembargador Gerson de Oliveira que, para ela, foi incansável na luta pela superação dos obstáculos que surgem naturalmente e não permitiu arrefecer o seu ânimo na marcha pela consecução do fim a que se propôs e que realizou com maestria.

Solange Cordeiro disse ainda que o presidente do TRT priorizou, no curso da sua gestão, marcada pelo compromisso com o interesse público, entre outros, o resgate da racionalidade ambiental dos órgãos judiciários da primeira instância. “Condição imprescindível à satisfatória prestação jurisdicional”, afirmou.

A juíza afirmou que o Judiciário Trabalhista tem se esforçado para atingir seus objetivos, destacando-se no quadro nacional como uma parcela do Poder Judiciário preocupada em dotar de efetividade as suas decisões. “Acreditamos que com a inauguração do novo Fórum isto seja mais aprimorado, não só com o atendimento digno aos “cidadãos-clientes” e advogados, que contarão com uma estrutura adequada e segura, como também pela otimização dos serviços que lhes são prestados”, concluiu.



“A inauguração deste prédio é muito importante para advogados e comunidade. Além de atender satisfatoriamente a advogados e usuários, oferece melhores condições de trabalho aos juízes e servidores e vai contribuir para a agilização dos processos que tramitam na Justiça Trabalhista”

José Caldas Gois
Presidente da OAB-MA

“A nova sede vai proporcionar maior comodidade e conforto para o jurisdicionado. É uma sede mais perto do povo. Dá mais visibilidade”.

Everton Pacheco Silva
Procurador-chefe da União no Maranhão

“O novo Fórum dá ao magistrado do 1º grau e ao servidor um ambiente de trabalho sadio e agradável. É um espaço excelente. Com a inauguração, ganha toda a sociedade, especialmente, a classe trabalhadora, os usuários, o Ministério Público do Trabalho, tudo isso contribuindo para a dignidade do Poder Judiciário Trabalhista no Maranhão”.

Marcos Sérgio Castelo Branco
Procurador-chefe da PRT-16ª Região

“Mais uma vez a Justiça do Trabalho no Maranhão está de parabéns. As novas instalações do Fórum são uma conquista do Judiciário Trabalhista que contribui para a sociedade maranhense com zelo, dedicação, honestidade e respeito ao cidadão”.

Darci Costa Frazão
Presidente da Associação Maranhense dos Advogados Trabalhistas.

Varas da capital receberam mais de 10 mil ações em 2008

O Fórum Astolfo Serra é a sede das seis Varas do Trabalho de São Luís que, atualmente, dispõem de 25 juízes e 99 servidores para atender a demanda na capital. Segundo dados do Boletim Estatístico Consolidado de 2008, compilados pela Corregedoria do TRT-MA, dentre as 24.075 reclamações trabalhistas recebidas ano passado pelas 21 Varas do Estado, 10.276 foram autuadas nas VT's da capital, o que representa 43% do total recebido pela Justiça do Trabalho em todo o Maranhão, na primeira instância.

No ano passado, as seis Varas de São Luís solucionaram 9.687 demandas trabalhistas, o equivalente a 45% das 21.587 ações resolvidas na primeira instância. Na mesma época, as seis VT's encerraram 2.746 execuções, correspondentes a 36% do total de execuções concluídas por todas as Varas do Trabalho no Estado.

Dos R\$ 74,3 milhões repassados aos reclamantes pelas 21 VT's, as Varas de São Luís foram responsáveis por R\$ 40,1 milhões. Também arrecadaram R\$ 5,8 milhões dos R\$ 11,2 milhões recolhidos por todas as Varas do Estado, referentes a imposto de renda, contribuição previdenciária, custas e emolumentos.

Novo Fórum - além de abrigar as seis Varas Trabalhistas, o novo prédio dispõe de espaço para agências bancárias, Espaço de Arte, Central de Informação, Setor de Distribuição, restaurante e Drive Thru, banheiros e estacionamento privativo. O prédio está adaptado para facilitar o acesso aos portadores de deficiência e de pessoas com dificuldade de locomoção e visa oferecer mais conforto e comodidade aos usuários, magistrados e servidores.